

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.561.939 - SP (2019/0244018-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**AGRAVANTE** : **O J S V F (INTERNADO)**  
**ADVOGADOS** : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DANIELLE RINALDI BARBOSA - DEFENSOR PÚBLICO -**  
**SP288712**  
**AGRAVADO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por O J S V F contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional.

Colhe-se dos autos que, em primeiro grau de jurisdição, foi julgada procedente representação formulada contra o agravante para reconhecer que praticou ato infracional análogo ao crime previsto no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal, aplicando-lhe a medida socioeducativa de internação.

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, ao qual o Tribunal de origem negou provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 162):

APELAÇÃO. ATO INFRACIONAL. ROUBO MAJORADO. CONCURSO DE AGENTES. INTERNAÇÃO. Concessão de efeito suspensivo. Impossibilidade. É imediata a executividade da decisão que aplica medida socioeducativa. Incidência do art. 995 do CPC. Efeito meramente devolutivo. Provas suficientes de autoria e materialidade. Testemunho da vítima sintonizado com o contexto. Inexistência de vício por eventual inobservância do procedimento previsto no art. 226 do C.P.P. Previsão legal de que o suspeito será colocado, se possível, ao lado de outros indivíduos semelhantes quando de seu reconhecimento. Regime de internação imposto. Cabimento (art. 122, I, ECA) e necessidade. Condições pessoais desfavoráveis. Histórico infracional. Acentuado déficit socioeducativo. Necessidade de Ressocialização. Medida que encontra respaldo nos princípios da proteção integral, excepcionalidade e atualidade. Precedentes. Sentença mantida. RECURSO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

# Superior Tribunal de Justiça

No recurso especial, a defesa apontou violação dos arts. 100, parágrafo único, VIII, 122 e 127, todos da Lei n. 8.069/1990, sob o argumento de que deveria ser afastada a medida de internação imposta ao adolescente, para aplicar outra medida menos severa, em meio aberto.

Contrarrazões às e-STJ fls. 208/210.

Inadmitido o apelo extremo, o recurso subiu a esta Corte por meio de agravo.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo conhecimento do agravo para não conhecer do recurso especial (e-STJ fls. 244/249).

É o relatório.

Cumpridos os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade do agravo, dele conheço.

No mérito, no entanto, tenho que razão não assiste ao ora agravante.

Isso porque é entendimento pacífico desta Corte que *"a prática de ato infracional análogo ao crime de roubo circunstanciado, no qual o agente emprega violência ou grave ameaça à vítima, autoriza a imposição da medida socioeducativa de internação, por enquadrar-se na previsão do art. 122, inciso I, da Lei n. 8.069/90, mormente quando destacada pelas instâncias de origem a gravidade concreta da conduta"* (AgRg no HC n. 343.216/MS, relator Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 1º/2/2017).

Nesse mesmo sentido, precedentes de ambas as Turmas componentes da Terceira Seção deste Tribunal Superior:

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. HABEAS CORPUS. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME PREVISTO NO ART. 157, § 2º, I, II, e V, C.C ART. 14, INCISO II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DE RECURSO ESPECIAL. OCORRÊNCIA DOS INCISOS I E II DO ARTIGO 122 DO ALUDIDO ESTATUTO. ATO INFRACIONAL COMETIDO MEDIANTE GRAVE AMEAÇA OU VIOLÊNCIA À PESSOA. GRAVIDADE CONCRETA.

REITERAÇÃO NO COMETIMENTO DE ATO INFRACIONAL.  
PROVIDÊNCIA JUSTIFICADA. NÃO CONHECIMENTO.

1. Tratando-se de habeas corpus substitutivo de recurso especial, inviável o seu conhecimento.
2. Diante da prática de ato infracional equiparado ao crime de roubo circunstanciado (tentado), está autorizada a aplicação da medida socioeducativa de internação, nos termos do art. 122, I, do Estatuto da Criança e do Adolescente.
3. "Esta Sexta Turma passou a majoritariamente compreender, ressalvada pessoal compreensão diversa, que para a configuração da reiteração de infrações graves, prevista no inciso II do art. 122 do ECA, suficiente é a prática de nova conduta após prévia aplicação de medida socioeducativa, salvo falta de contemporaneidade ou menor relevância da infração antecedente". (HC 366.169/SP, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, julgado em 04/10/2016, DJe 17/10/2016). Ressalva do entendimento da Relatora.
4. A insistente reiteração no cometimento de ato infracional (o paciente possui não apenas uma, mas duas passagens pela Vara da Infância e Juventude pelo cometimento de atos infracionais equiparados aos crimes de tráfico de drogas e porte de arma), bem como a aplicação de medidas menos gravosas (prestação de serviços à comunidade e semiliberdade), que não alcançaram o objetivo de afastá-lo da prática de ato infracional, autorizam a imposição da medida de internação.
5. Habeas corpus não conhecido. (HC 380.842/DF, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 07/02/2017, DJe 15/02/2017, grifei.)

RECURSO EM HABEAS CORPUS. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA. ATOS INFRACIONAIS EQUIPARADOS AOS DELITOS DE ROUBO QUALIFICADO E ESTUPRO. GRAVE AMEAÇA OU VIOLÊNCIA À PESSOA. REITERAÇÃO INFRACIONAL. ART. 122, I E II, DO ECA. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. RECURSO DESPROVIDO.

1. O art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente autoriza a imposição da medida socioeducativa de internação somente nas hipóteses de ato infracional praticado com grave ameaça ou violência contra a pessoa, reiteração no cometimento de outras infrações graves ou descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta.

Na hipótese dos autos, a medida de internação foi imposta em razão de ter sido atribuído ao recorrente atos infracionais praticados com violência e grave ameaça à pessoa, qual seja roubo qualificado e

estupro, bem como em razão do fato de que o adolescente "já teria praticado, anteriormente, outros atos infracionais", restando justificada a medida mais gravosa com fulcro no disposto no art. 122, I e II, da Lei n. 8.069/90, não havendo que se falar, portanto, aguardar o trânsito em julgado da sentença em liberdade.

Recurso em habeas corpus desprovido. (RHC 70.425/BA, relator Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 01/12/2016, DJe 14/12/2016, grifei.)

No caso dos autos, o Tribunal de origem delineou fundamentadamente a necessidade da imposição da medida socioeducativa de internação em decorrência da prática de ato infracional análogo ao delito de roubo majorado (e-STJ fls. 167/169):

[...], sopesadas as evidências, restou configurada a prática do ato infracional equiparado ao crime de roubo, praticado mediante concurso de agentes, devendo ser mantida a medida de internação aplicada ao educando, porquanto adequada a suas condições pessoais, além de proporcional ao elevado grau de reprovabilidade da conduta.

Veja-se que, tratando do cabimento das medidas socioeducativas, a jurisprudência do STJ, na esteira de Acórdão recente, confirma essa possibilidade: “O objetivo principal da aplicação das medidas socioeducativas é o pedagógico, nos moldes previstos nos arts. 112 a 125 da Lei nº 8.069/90, pois se destinam à formação e reeducação do adolescente infrator, considerado pessoa em desenvolvimento (art. 6º da Lei nº 8.069/90) e sujeito à proteção integral (art. 1º da Lei nº 8.069/90) pelos organismos estatais”.

Concluindo: “Nesse contexto, a adoção da medida ressocializadora mais adequada deve considerar tanto a gravidade do ato infracional como, também, as condições pessoais do menor e as circunstâncias em que o ato fora cometido, visando sempre a reeducação (art. 112, § 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente) e o resguardo da segurança e incolumidade física e psicológica do menor, retirando, se for necessário, de eventual situação de risco” (RHC 86700/BA, Rel. Min. Reynaldo Soares, j. 5.10.17).

Não é demais destacar que, o ato infracional análogo ao crime de roubo guarda considerável gravidade, pois atinge, a um só tempo, o patrimônio e a incolumidade física e psíquica da vítima, bem jurídicos tidos por fundamentais pelo legislador. Tratando-se de conduta altamente reprovável, apta a justificar aplicação da medida de internação, nos termos do art. 122, I, do E.C.A.

No mesmo sentido, posiciona-se a Câmara Especial, no exame de caso análogo: “APELAÇÃO. Ato infracional análogo ao crime definido no artigo 157, § 2º, incisos II e V, do Código Penal. Autoria e

materialidade abonadas pelo acervo probatório. É tempo juridicamente relevante aquele que extrapola o necessário à inversão de posse da res, particularmente, quando a coação vem a cessar por intervenção da polícia. Inquestionável o acerto de vontades entre o apelante e o imputável, sobretudo pela explícita divisão de tarefas na execução do ato subtrativo. Internação. Medida adequada e necessária. Observância dos objetivos previstos nos incisos I, II e III, § 2º, artigo 1º, da lei n. 12.594/2012 SINASE. Aplicação do artigo 122, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Recurso ao qual se nega provimento” (Ap. 0002026-25.2017.8.26.0535, Rel. Issa Ahmed, j. 26/03/2018).

As condições pessoais do jovem não justificam alteração nas premissas postas na sentença. E conforme assentado pelo magistrado prolator: “As certidões de fl. 27/29 apontam que o adolescente [O.] possui passagem anterior por esta Vara da Infância e Juventude pelo delito de roubo. Como se vê, o presente feito não restou isolado na vida do representado, demonstrando possuir personalidade desajustada e voltada a práticas delitivas; além disso, as medidas socioeducativas anteriormente aplicadas não foram suficientes para afastá-lo do meio delitivo.” (fl. 97).

Logo, sopesadas as circunstâncias, é força convir, que a internação constitui reprimenda mais adequada ao perfil do apelante, revelando-se providência necessária ao avanço de sua formação pessoal e melhoria de seu caráter, encontrando respaldo nos princípios da proteção integral e da excepcionalidade, ressaltando-se que, o mero decurso do tempo, por si só, não basta para dar ensejo ao afastamento da medida, qual deverá guardar relação o déficit socioeducativo do apelante.

Assim sendo, o Tribunal estadual decidiu conforme o entendimento desta Corte, motivo pelo qual o pedido deduzido no recurso especial não merece acolhimento.

Ante o exposto, **conheço do agravo e nego provimento ao recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator